

AGRONEGÓCIO COMO IDEOLOGIA

Emilio Romanini Netto¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4525-2095>

RESUMO

O ponto de partida é destacar que o Agronegócio coincide com as formas patronais de fazer agricultura não por dedução, mas sim porque se trata de uma formação discursiva historicamente necessária para representar o bloco hegemônico, portanto uma ideologia. Como tal, o Agronegócio é capaz de disputar os meios pelos quais os diversos atores inseridos em sistemas agroalimentares constroem seus símbolos, signos e valores. Utiliza como vantagem, na correlação de forças, a aliança com as estruturas em dominância, que, determinadas, interpelam quaisquer atores envolvidos na produção e circulação de alimentos. O avanço do bloco hegemônico sobre a agricultura familiar como nicho de mercado, bem como sobre a agenda ambiental e a da segurança alimentar, são também exemplos da forma viva e mutante por meio da qual a ideologia do Agronegócio opera. Neste texto, foi aplicada a técnica de nuvem de palavras em uma análise crítica do discurso, com o objetivo de expor os elementos constitutivos da retórica de entidades representantes do Agronegócio em sua tarefa de construir e consolidar a hegemonia entre os sistemas agroalimentares brasileiros. Os resultados apontam para uma reconfiguração discursiva que visa neutralizar antagonismos e ampliar o consenso em torno do projeto das classes dominantes, reafirmando o Agronegócio como tipo ideal de formatação de sistemas agroalimentares, omitindo as violências materiais e simbólicas orquestradas contra camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Hegemonia. Atores Dominantes na Agricultura. Sistemas Agroalimentares. Ecologia Política da Agricultura. Discurso.

AGRIBUSINESS AS IDEOLOGY

ABSTRACT

The starting point is to highlight that agribusiness coincides with the patronal ways of doing agriculture not by deduction, but rather because it is a historically necessary discursive formation to represent the hegemonic bloc, therefore an ideology. As such, Agribusiness competes over the ways in which different actors within agri-food systems create their symbols, meanings, and values. By aligning with dominant structures of power, Agribusiness gains an advantage within existing power relations, as these structures shape the actions of all actors involved in food production and distribution. The expansion of the hegemonic bloc into family farming as a market niche, as well as into environmental and food security agendas, also illustrates the dynamic and shifting ways through which Agribusiness ideology operates. This text applies the word cloud technique within a critical discourse analysis to reveal the core rhetoric strategies used by Agribusiness organizations in consolidating their hegemony in Brazilian agri-food systems. The findings indicate a discursive shift aimed at neutralizing conflicts and expanding consensus around the interests of the dominant classes, reaffirming Agribusiness as the ideal model for structuring agri-food systems, while overlooking the material and symbolic violences inflicted on peasants, indigenous peoples, and traditional communities.

Keywords: Hegemony. Dominant Actors in Agriculture. Agri-food Systems. Political Ecology of Agriculture. Discourse.

¹ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: emilioromanini@hotmail.com.

AGRONEGOCIO COMO IDEOLOGIA

RESUMEN

El punto de partida consiste en destacar que el agronegocio coincide con las formas patronales de hacer agricultura no por deducción, sino porque se trata de una formación discursiva históricamente necesaria para representar al bloque hegemónico y, por lo tanto, de una ideología. En este sentido, el Agronegocio disputa la manera en que los distintos actores dentro de los sistemas agroalimentarios construyen sus símbolos, significados y valores. Usa como ventaja en la correlación de fuerzas la alianza con las estructuras en dominancia, que, sobredeterminadas, interpelan a cualquier actor involucrado en la producción y circulación de alimentos. El avance del bloque hegemónico sobre la agricultura familiar como nicho de mercado, junto a las agendas ambiental y de seguridad alimentaria, son ejemplos de cómo esta ideología se mantiene viva y en constante transformación. En este texto, se aplicó la técnica de nube de palabras en un análisis crítico del discurso para exponer las estrategias retóricas centrales utilizadas por las entidades del Agronegocio para consolidar su hegemonía en los sistemas agroalimentarios brasileños. Los resultados muestran una reconfiguración discursiva que busca neutralizar antagonismos y ampliar el consenso en torno a los intereses de las clases dominantes, reafirmando al Agronegocio como el modelo ideal para estructurar los sistemas agroalimentarios, a la vez que omite las violencias materiales y simbólicas ejercidas contra campesinos, pueblos indígenas y comunidades tradicionales.

Palabras-clave: Hegemonía. Actores Dominantes en la Agricultura. Sistemas Agroalimentarios. Ecología Política de la Agricultura. Discurso.

INTRODUÇÃO

Segundo Escher (2020), uma miríade de fatores explica a heterogeneidade estrutural da formação de classes e frações de classes no espaço rural brasileiro. O cerne seria a composição complexa, tanto no que se refere às classes dominantes quanto às referidas classes subalternas. Tal heterogeneidade reivindica uma análise mais atenta às composições políticas que os atores elaboram para consolidar as alianças que sustentam suas posições políticas.

Pesquisas consolidadas na literatura acadêmica explicam a conexão entre a agricultura patronal, setores da agroindústria e atores estatais com a gênese do Agronegócio² como um símbolo representante das classes dominantes entre os sistemas agroalimentares brasileiros (Bruno, 2010, 2017a, Mendonça, 2005, Sauer, 2008, Pompeia, 2021). Como se pretende demonstrar, as classes e frações de classes dominantes precisam constantemente criar ou reforçar coalizões para consolidar e perpetuar um bloco hegemônico. Tal constituição depende de um exterior discursivo capaz de constituir um sistema de representação, uma ideologia, a partir de formações discursivas aceitas (para mais ou para menos) por grupos sociais que buscam favorecimento ao se aliarem às tendências estruturais em dominância.

²Neste texto, o termo “Agronegócio” é grafado com inicial maiúscula para indicar que ele é tratado não apenas como setor econômico, mas também como formação ideológica e identidade política construída.

No espaço rural brasileiro, a consolidação das formações discursivas dominantes não ocorre apenas pela força econômica e política dos grandes produtores, mas pela construção de uma narrativa que busca justificar sua posição dominante como natural e inevitável. Como apontam Sauer (2008) e Pompeia (2021), a transição do termo “latifundiário” para “empresário rural” exemplifica um deslocamento estratégico que reconfigura a imagem das classes dominantes. Esse movimento discursivo procura apagar a associação histórica do setor com práticas predatórias e concentradoras de terra, apresentando-o como moderno, eficiente e essencial ao desenvolvimento econômico do país.

Ao apresentar-se como a solução para o abastecimento global e a sustentabilidade, o Agronegócio desvia o foco das desigualdades geradas por sua atuação, legitimando políticas que flexibilizam as regulações ambientais e ampliam a fronteira agrícola em detrimento de comunidades tradicionais e pequenos produtores (Escher, 2020).

A dimensão discursiva do Agronegócio ultrapassa a mera disputa narrativa e se concretiza em efeitos normativos sobre a própria estrutura produtiva do país. Como analisam Niederle e Wesz Junior (2022), seu avanço se dá não apenas pela exclusão de atores subalternos, mas pela cooptação material e simbólica de setores como a agricultura familiar e os trabalhadores rurais, assediados pelas narrativas de sucesso, formando o que convencionalmente se acostumou a chamar de "agronegocinho". Isso faz questionar a consolidada dicotomia entre o Agronegócio e a agricultura familiar.

Isso ocorre, como será argumentado, porque o Agronegócio tem a característica de ser um sistema de representação, uma ideologia que se pretende como *bloco hegemônico* (Laclau; Mouffe 2015; Hall, 2003b). Nesse contexto, cabe perguntar: como os atores sustentam a construção e manutenção do bloco hegemônico? Quais são suas estratégias na cooptação das frações de classes, sobretudo as subalternas? Como o Agronegócio busca se apresentar à sociedade civil (majoritariamente urbana) e à comunidade internacional (seus principais parceiros comerciais)?

Para tanto, o objetivo deste artigo é expor os elementos constitutivos do discurso de entidades representantes do Agronegócio em sua tarefa de construir e consolidar a hegemonia entre os sistemas agroalimentares brasileiros. Metodologicamente, será realizada uma Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2012), apoiada na técnica de nuvem de palavras, utilizando-se como insumo a publicação do 20º Anais do Congresso Brasileiro do Agronegócio (ABAG) e demais parceiros, sendo estes atores privilegiados na construção da narrativa de representação dominante dos sistemas agroalimentares.

Esta pesquisa é parte integrante da tese de doutoramento do autor, a qual investigou as disputas materiais e simbólicas entre diferentes sistemas agroalimentares. Aqui, o foco é exclusivamente na dimensão discursiva e, sobretudo, o papel ideológico que as narrativas cumprem na construção de articulações políticas do Agronegócio. Ainda que a dimensão discursiva do Agronegócio seja um dispositivo consolidado nos trabalhos de Bruno (2010, 2017a), Mendonça (2005, 2012) e Pompeia

(2021), busca-se aqui destacar como a interpretação particular do althusserianismo de Stuart Hall, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe dá ao conceito de ideologia o suporte para a compreensão de que os movimentos retóricos das classes dominantes, oriundos de suas instabilidades articulatórias, demonstram que sua força material não impõe hegemonia de maneira confortável. Ao disputar temas como a questão ambiental e a segurança alimentar, visualiza-se uma vanguarda que busca se colocar como a única alternativa viável para os sistemas agroalimentares.

O texto se organiza primeiramente por debater o problema da ideologia, ou seja, oferecer uma proposta de abordagem do conceito de ideologia que não contenha suas heranças deterministas, sem encerrá-la no discurso. Em seguida, será debatida a dimensão simbólica, discursiva e semiótica do Agronegócio, enquanto sistema de representação das classes dominantes. Por fim, será realizada a análise crítica do discurso, que permita de forma empírica, responder às perguntas levantadas acima. Ao final, serão tecidas considerações finais.

O PROBLEMA DA IDEOLOGIA

Na consolidação de sistemas agroalimentares, existem lutas materiais, mas também lutas simbólicas, no âmbito da produção de práticas e significados nos quais os atores vão posicionar seu modo de viver e fazer agricultura. Para investigar esse processo, será utilizada a noção de ideologia. A concepção de ideologia aqui proposta procura enfrentar o dilema entre o mundo material e o mundo das ideias de maneira não dicotômica e não hierárquica, isto é, a partir da compreensão de que os fenômenos sociais são mais bem descritos a partir da díade entre prática e significado (Romanini Netto, 2024).

Será necessário, então, recuperar o que aqui se entende por ideologia, começando pela teoria clássica da ideologia. A teoria clássica da ideologia se refere aos desdobramentos dos textos de Marx e Engels, em específico, em “A ideologia alemã”, quando os autores se referem às “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (Marx; Engels, 2009, p.67). Segundo Hall (2003a), os desdobramentos dessa afirmação fizeram com que muitos intelectuais abandonassem o problema da ideologia.

Stuart Hall pondera que a teoria clássica da ideologia se deparou com limites. Por exemplo, a premissa materialista, isto é, a redução das ideias a um reflexo das condições materiais. Há também o determinismo da dimensão econômica, em última instância, como a precursora das estruturas sociais, comumente associado à utilização da metáfora base e superestrutura no pensamento crítico. O autor cita ainda, como consequência das duas anteriores, a correspondência obrigatória entre as ideias dominantes e suas classes, fazendo com que, assim, a ideologia deixasse de instigar o

pensamento crítico, uma vez que a dimensão simbólica de uma determinada formação social estaria dada (Hall, 2003a).

Quem teria fornecido importantes saídas aos labirintos deterministas da teoria clássica da ideologia foi Louis Althusser. Levando em consideração as relações sociais mediadas pela língua, Althusser propõe que o sujeito é interpelado por estruturas em sua constituição e, nem por isso, é despojado de agência, mas sim age acionando seu repertório de significados inscritos em sistemas de representação (Hall, 2003b). Reinterpretando a influência de Althusser em Stuart Hall, pode-se afirmar que, em formações sociais periféricas, como a brasileira, os repertórios de significados são interpelados pela sobredeterminação da luta de classes, pelo racismo, pelo patriarcado e pelo machismo, produzindo relações de poder e de significação desigual, na quais certos atores são submetidos a processos de subordinação e opressão cruciais para sua construção relacional de significado.

Esse fator é central para investigar como os atores sociais dão significado às suas ações e constroem sua identidade social em sociedades do capitalismo periférico. Ao se ver interpelado pelas estruturas em dominância, o ator necessita acionar seu repertório de significados, identificar e negociar com elementos que se assemelham, se diferenciam e até mesmo antagonizam sua existência.

De acordo com Laclau e Mouffe (2015), o *antagonismo* é uma importante chave para a compreensão da composição das articulações que irão compor as classes e as frações de classes atuantes nas arenas políticas. Isso porque o antagonismo é a impossibilidade da plena convivência da diferença, ou seja, quando a presença do Outro impede existência plena do Eu. Nessa perspectiva, o ator social (seja o indivíduo, a família, o empreendimento ou a comunidade) utilizará seu corpo subjetivo para decidir, com base em seu repertório de significados, como vai agir diante dos processos de subordinação instaurados pelas estruturas em dominância, enunciando, assim, sua formação discursiva e sua visão de mundo.

Sobre esse fenômeno, Laclau e Mouffe (2015) colocam:

O antagonismo só pode emergir na medida em que o caráter diferencial positivo da posição de sujeito subordinada é subvertido. (...); somente em termos de uma diferente formação discursiva, (...), é que a positividade diferencial dessas categorias pode ser subvertida e a subordinação construída como opressão. Isto significa que não existe relação de opressão sem a presença de um "exterior" discursivo a partir do qual o discurso da subordinação possa ser interrompido. (p. 237)

Isso quer dizer que, fazendo um paralelo com o mundo rural, a subordinação vivida pelas frações de classe subalternas, não constitui um bloco de oposição *a priori*, ou seja, a experiência subalterna não produz o antagonismo como consequência. Por exemplo, povos indígenas e comunidades quilombolas sofrem a sobredeterminação de múltiplas estruturas de dominação sobre sua existência. No entanto, seguindo a análise de Laclau e Mouffe (2015), a alteração das correlações

de forças depende do estabelecimento de um exterior discursivo, tal como vem sendo elaborado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ou pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Então, desde as Ligas Camponesas, passando pelo período de força dos sindicatos e, mais recentemente, pela pujança dos movimentos sociais do campo, existem articulações que elaboram formações discursivas de posituação de sua própria existência e tencionam, conseqüentemente, a articulação entre os atores dominantes para que elaborem também formações discursivas que lhes permitam manter sua posição de poder.

Para Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo é a antessala para a *formação discursiva hegemônica*. Partindo da noção gramsciana de bloco histórico, os autores demonstram que a instabilidade da articulação é uma pré-condição para o antagonismo. Então, de maneira tipicamente antagônica, novas formações discursivas contestatórias (contra-hegemônicas) são elaboradas, qualificando as relações de subordinação (no jogo de poder desigual) como relações de opressão e dominação. Isso coloca o bloco hegemônico em movimento para manter sua posição de dominância.

Nesse sentido, se encontra a centralidade desta pesquisa. Compreender o Agronegócio como ideologia significa investigar a mobilidade dos atores enunciativos dessa formação discursiva na construção de articulações com o intuito de construir e, em especial, consolidar o bloco hegemônico entre sistemas agroalimentares. A seguir, será mais bem descrita a literatura que explica a composição dos atores e as mais recentes arenas de atuação, para que, posteriormente, seja realizada uma análise empírica da formação discursiva estudada.

O AGRONEGÓCIO COMO IDEOLOGIA

A gênese do Agronegócio no Brasil é um processo complexo que remonta à década de 1980, período de intensas transformações e disputas no campo. Nesse período, a União Democrática Ruralista (UDR) foi a principal representante dos latifundiários e setores conservadores, posicionando-se frontalmente contra as propostas de reforma agrária e os movimentos sociais do campo (Sauer, 2008; Bruno, 2017b).

Paralelamente, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ganhou destaque, sobretudo após 1985, e passou a se consolidar como uma força dirigente crucial, não apenas por conseguir superar a crise de representação política das agremiações patronais mais antigas, mas também por se afirmar como uma entidade com um projeto mais moderno para a agricultura, abrindo caminho para a hegemonia de um novo segmento patronal rural (Mendonça, 2005, 2012).

Em 1993, ocorreu a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), uma entidade de novo tipo que sintetizou a busca por uma representação unificada e moderna do setor. A ABAG,

congregando tanto segmentos da produção agropecuária quanto do setor agroindustrial e financeiro, buscou afastar a imagem do "velho latifúndio" e projetar um símbolo, capaz de promover o desenvolvimento e a integração econômica do país. Assim, a criação da ABAG reuniu velhos e novos atores em torno do termo Agronegócio e selou o nascimento de uma poderosa força política e econômica no Brasil (Mendonça, 2005).

Portanto, o Agronegócio não pode ser considerado um conjunto homogêneo, ao contrário, é caracterizado por disputas internas e agendas políticas diversas. No entanto, os atores que compõem essa articulação³ tendem a se associar às diretrizes do mercado financeiro e das multinacionais de insumos agrícolas, exercendo considerável influência sobre os poderes Legislativo e Executivo (Pompeia, 2021). Isso possibilita compreender, ainda que de forma dinâmica, o Agronegócio como um conjunto de articulações voltado para a formação de um bloco hegemônico entre as classes e frações de classes dominantes que compõem os sistemas agroalimentares brasileiros.

A pesquisa de Cabral, Pandey e Xu (2022), em consonância com o trabalho de Regina Bruno (2010), analisa como os atores dominantes possuem a necessidade de elaborar discursos triunfalistas, expondo como essas narrativas reforçam uma visão tecnocrática e positivista do desenvolvimento agrícola, mascarando interesses políticos e econômicos. Essa narrativa opera dentro de um “regime de verdade” que define quais formas de conhecimento são legítimas e mantém a crença na primazia da ciência e da tecnologia como as únicas soluções para a fome e o desenvolvimento agrícola.

Cabral, Pandey e Xu (2022) ainda ressaltam os movimentos que ocorrem a partir das estratégias de manutenção do bloco hegemônico, como a guinada ambiental. Segundo os autores, o argumento se baseia no sucesso do modelo hegemônico de agricultura em prevenir desmatamentos e emissões de carbono ao aumentar a produtividade agrícola em menos terras, enquanto minimiza ou ignora seus impactos ambientais negativos, como a degradação do solo, a poluição por agrotóxicos e a perda de biodiversidade.

Tal qual a apropriação da agenda ambiental, os atores articulados pela representação do Agronegócio também se apropriaram do debate da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Segundo a pesquisa de Pompeia e Schneider (2021), o Agronegócio, por meio de corporações, associações empresariais e grupos de lobby, passou a utilizar o conceito de SAN para justificar a expansão da produção de *commodities*, a abertura de novos mercados e a desregulamentação ambiental.

³ Além da ABAG e da OCB, são atores influentes no campo político a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida popularmente como a “bancada ruralista” no Poder Legislativo), a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, que é a forma nacional de organização do sindicato patronal da agricultura), o Conselho Agro (Conselho das Entidades do Setor Agropecuário), o IPA (Instituto Pensar Agropecuária, que reúne *think tanks* da área), entre outras entidades (Mendonça, 2005; Pompeia; Schneider, 2021; Bruno, 2017a).

O auge do debate sobre sua expansão foi alcançado durante o governo Bolsonaro, quando, em 2019, ocorreu o desmonte institucional de políticas públicas de SAN, que se iniciou com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O discurso do setor se consolidou em duas principais frentes: a) a narrativa da “segurança alimentar global” – usada para justificar a expansão da fronteira agrícola, a flexibilização de normas ambientais e o apoio estatal ao setor; b) A reapropriação da segurança alimentar como abastecimento interno – na qual a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) passou a se autodenominar “Frente do Abastecimento e da Segurança Alimentar”. Essa estratégia busca legitimar o agronegócio como peça central na garantia de alimentos para os brasileiros, deslocando a ênfase do direito à alimentação adequada para uma visão puramente mercadológica e produtivista (Pompeia; Schneider, 2021).

Enquanto o bloco hegemônico avançou nas agendas ambientais e de segurança alimentar, avançou também a aliança com setores conservadores, o que tem resultado na flexibilização da legislação ambiental, no enfraquecimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e na tentativa de transformar territórios tradicionais em ativos do mercado. Esse processo se insere na lógica de expropriação e espoliação, legitimado por discursos que classificam indígenas e quilombolas como entraves ao desenvolvimento, desconsiderando seus direitos constitucionais e sua relação histórica com a terra (Escher, 2020).

Ademais, quer-se destacar a força estrutural do bloco hegemônico e sua permeabilidade nos sistemas agroalimentares. A dimensão discursiva do Agronegócio (Bruno, 2010, 2017b; Mendonça, 2005; Pompeia, 2020) cumpre o papel não somente de disputar a opinião pública e as agendas políticas, mas também de atuar como efeito normativo e técnico para outras formas de fazer agricultura, construindo um forte exemplo da díade entre a prática e o significado.

É o que ocorre durante a consolidação da agricultura familiar como ator social. A perpetuação das formas familiares de fazer agricultura perpassa, para mais ou para menos, pela mercantilização das unidades produtivas por meio das políticas de crédito e da centralidade da venda dos excedentes da produção, o que fez desses atores um “nicho de mercado” para os conglomerados multinacionais e complexos agroindustriais. Nesse sentido, as frações subalternas são obrigadas a negociar seu repertório cultural/ancestral com o assédio dos representantes do Agronegócio, criando o que se acostumou a chamar de “agronegocinho” (Niederle; Wesz Junior, 2022; Severo, 2023; Picolotto, 2014).

Em síntese, o ponto de partida analítico é destacar que o Agronegócio não coincide com as formas patronais de fazer agricultura por dedução⁴, mas sim porque se trata de uma formação discursiva historicamente necessária para representar o bloco hegemônico, portanto, uma ideologia. Como tal, o Agronegócio é capaz de disputar os meios pelos quais os diversos atores inseridos em

⁴ Sob outro período histórico, ao pesquisar a “burguesia agrária” paranaense, Floriani (1992) constata elementos similares.

sistemas agroalimentares constroem seus símbolos, signos e valores. Utiliza como vantagem, na correlação de forças, a aliança com as estruturas em dominância, que, sobredeterminadas, interpelam quaisquer atores envolvidos na produção e circulação de alimentos.

Entretanto, os atores enunciadores e representados pelo discurso do Agronegócio estão constantemente em movimento para manter sua posição de dominação na correlação de forças. Isso explica, em primeiro lugar, a tradução do neologismo “*agribusiness*”. A formação de blocos contra-hegemônicos altera a correlação de forças, o que faz com que os atores reajam não somente na dimensão material, mas também na dimensão discursiva. O avanço do bloco hegemônico sobre a agricultura familiar como nicho de mercado, assim como sobre a agenda ambiental e sobre a segurança alimentar, são também exemplos da forma viva e mutante por meio da qual a ideologia do Agronegócio opera.

Portanto, a análise que será empreendida a seguir procura, a partir de elementos empíricos, investigar concretamente as formações discursivas que operam e ressignificam o Agronegócio.

ANÁLISE DO DISCURSO IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO - METODOLOGIA

A Análise Crítica do Discurso, em especial o trabalho de Norman Fairclough (2012), é pertinente nesta pesquisa, pois, para o autor, a vida social é vista como uma rede interconectada de práticas sociais em que todas possuem um elemento semiótico. A proposta central da Análise do Discurso de Fairclough é a de uma análise das relações dialéticas entre semiose e outros elementos das práticas sociais, nas quais a relação desigual de poder está em relevo.

De forma empírica, para cumprir o objetivo de expor os elementos constitutivos do discurso de entidades representantes do Agronegócio em sua tarefa de construir e consolidar a hegemonia entre os sistemas agroalimentares brasileiros, será realizada, a seguir, uma Análise do Discurso metodologicamente orientada por: a) identificar os pontos nodais nos quais se consolidam as articulações da formação discursiva hegemônica; b) discutir os espaços permeados pelo discurso hegemônico nas distintas arenas políticas.

Esse processo será feito com base na análise de sínteses publicadas por uma das entidades enunciantes do Agronegócio como sistema de representação, a ABAG. O documento escolhido preza pela atualidade, pela relevância do tema e pela capacidade de síntese dos assuntos acima discutidos. A análise será protagonizada pelo Anais do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio, ocorrido no ano de 2021, e será utilizado na pesquisa de doutoramento do primeiro autor. Nas discussões, serão apresentados dados comparativos com congressos mais recentes.

A Análise do Discurso será complementada pela aplicação da ferramenta metodológica conhecida como “nuvem de palavras”. As nuvens de palavras, ou *Word Clouds*, configuram-se como

instrumentos visuais que possibilitam a representação e a exploração de padrões, tendências e temas presentes em um corpus textual. Essa técnica gráfica revela-se especialmente eficaz para a identificação de palavras-chave e para a visualização de sua frequência relativa, evidenciando as ideias centrais, os tópicos e os termos mais recorrentes no discurso analisado. Termos de maior relevância e incidência são apresentados em tamanho ampliado, enquanto aqueles de menor frequência aparecem reduzidos, facilitando a apreensão imediata dos temas predominantes (Rivadeneira *et al.*, 2007; Vilela *et al.*, 2020).

Na Análise do Discurso, a ferramenta “nuvem de palavras” tem o intuito de revelar diferentes sentidos nos textos, destacando as palavras associadas a significados positivos ou negativos. Também será útil como critério revelador de contradições, permitindo identificar a disparidade entre o discurso e os fenômenos concretos ocorridos no espaço rural brasileiro.

Para a realização da nuvem de palavras, foi utilizado o site www.wordclouds.com. Os documentos foram inseridos no ícone “*Extract words from PDF document*”. Utilizando o ícone “*Edit*” foram excluídas palavras, como artigos e preposições, e editadas palavras distintas, porém com o mesmo sentido (por ocorrência de escrita diferente ou erro de escrita). Também foram excluídas todas as palavras com menos de 6 ocorrências. Na opção “*Shape*”, foi escolhido o mapa do Brasil para a organização dos dados. Já no ícone “*Colors*”, foram escolhidas paletas de cores diferentes para a produção da imagem. Enfim, no ícone “*Create Cloud*”, o site processa o texto e cria a nuvem de palavras com base nas preferências definidas. Após a criação da nuvem, a imagem foi exportada no formato PNG.

ANÁLISE DO DISCURSO IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO - EXECUÇÃO

A Figura 1 apresenta uma nuvem de palavras produzida a partir do conteúdo do documento CBA (2021), evidenciando as expressões mais recorrentes ao longo do texto. A visualização permite uma rápida identificação dos termos de maior destaque, como “Agronegócio”, “Brasil”, “carbono”, “mundo”, “brasileiro” e “mercado”. Ao se aprofundar na leitura da imagem, percebe-se também a presença de termos como “ESG”, “sustentabilidade”, “sustentável”, “empresas” e “agro”. Tal representação cumpre sua função metodológica ao expressar, com base no tamanho das palavras, sua frequência de ocorrência. Importa observar que os elementos gráficos, como cor e tipo de letra, são apenas decorativos, não vinculados à quantidade de vezes que os vocábulos aparecem.

[illegible]

Com base na contagem de termos como “Agronegócio” (81 ocorrências), “Brasil” (108), “carbono” (62), “mundo” (49), “brasileiro” (59), “mercado” (31), “ESG” (23), “sustentabilidade” (35), “sustentável” (22), “empresas” (23) e “agro” (24), é possível extrair interpretações relevantes. O 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) ocorreu em um momento político e social específico – 16 meses após o início da pandemia de covid-19 e durante o terceiro ano do governo Bolsonaro –, marcado por forte ofensiva contra o meio ambiente e os povos tradicionais.

Revista Raíces, Campina Grande, v. 45, n. 2, jul./dez. 2025.

possíveis impactos no longo prazo sobre os produtos com a marca *made in Brazil*.” (CBA, 2021, p. 8). Responsável pela seção “Melhorar a imagem do Agro”, o deputado federal Sérgio Souza, também presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sinaliza a aliança de dois importantes atores dominantes – a ABAG e a FPA – para disputar a dimensão semiótica, da cadeia de produção de *commodities*.

Termos como “sustentabilidade” e “sustentável” aparecem 35 e 22 vezes, respectivamente, reiterando a tentativa de vincular o Agronegócio a uma agenda ecológica. Conforme analisado por Romanini Netto (2024), essa estratégia faz parte de um movimento discursivo que visa posicionar o setor como protagonista da conservação ambiental, em resposta à pressão internacional por cadeias produtivas ambientalmente comprometidas. Demonstra também, como destacado por Cabral, Pandey e Xu (2020), que uma das características da guinada discursiva consiste em adentrar uma arena política, não transformando o cerne de ruptura dos modos de produção agrícola, mas sim criando alternativas para que se conservem o sucesso atingido.

Nesse contexto, os vocábulos “mercado” e “empresas”, com 31 e 23 aparições, reforçam o papel do setor privado na condução dessa nova postura. A associação entre Agronegócio e sustentabilidade envolve, assim, uma disputa pelo significado de “sustentável”, alinhada ao viés mercadológico. A sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*), também amplamente destacada (aparece 23 vezes), é o grande exemplo dessa disputa.

A parceria entre ABAG e B3⁵ na organização do Congresso materializa esse alinhamento entre sustentabilidade e finanças. Brand e Wissen (2021) contribuem ao evidenciar como a ideologia da sustentabilidade, sob o rótulo de ESG, reforça uma racionalidade que naturaliza a acumulação e a financeirização da natureza. A lógica dominante transforma a natureza em ativo comercializável, e o mercado passa a ser visto como instrumento de regulação ambiental, recompensando financeiramente os atores que aderem às normas de conservação.

Além disso, como já destacado em outro momento (Romanini Netto, 2024), existe uma assimetria implícita nesse modelo: poucos são os que têm condições efetivas de operar no mercado de ativos ambientais. Ao transformar a natureza de passivo em ativo financeiro, o Agronegócio promove uma rearticulação semântica que reforça sua posição hegemônica, como é visível no Painel 2 do evento (“O Brasil Verde e Competitivo”). O discurso legitima a exploração da natureza, desde que acompanhada de certificações e mecanismos de compensação financeira para potenciais depredadores.

Outro aspecto ressaltado pelos dados da nuvem de palavras revela um nacionalismo simbólico na forma como o Agronegócio se enuncia. “Brasil” e “Agronegócio” aparecem com destaque (108 e

⁵ B3 é a bolsa de valores brasileira, que em 2017 foi classificada como a quinta maior bolsa de mercado de capitais e financeiro do mundo (Moreira, 2017).

81 vezes, respectivamente), assim como “brasileiro” (59) e “mundo” (49), expondo uma dupla agenda – voltada tanto à legitimação interna quanto à inserção global. Por outro lado, o termo “familiar”, vinculado à agricultura familiar, é notavelmente ausente. A única referência ocorre de forma indireta, com o uso do termo “pequenos produtores”, mencionado 7 vezes. Essa escolha lexical reforça a tentativa do Agronegócio de se posicionar como representante legítimo de todo o setor agrícola nacional, minimizando distinções entre diferentes modelos produtivos.

A omissão de termos como “camponeses”, “indígenas”, “quilombolas” e “povos tradicionais” também é significativa. Ainda assim, alguns interlocutores, como Carolina da Costa (Mauá Capital), reconhecem a importância dos pequenos produtores: “Na dimensão micro, não podemos acreditar que só se consegue incentivar a produtividade com subsídio de crédito. (...). Só o crédito não é suficiente, pois um quarto da produção e 77% da mão de obra estão nos pequenos produtores” (CBA, 2021, p.45-46).

Carlos Augusto Rodrigues de Melo, presidente da Cooxupé, também menciona que 90% dos cooperados são pequenos produtores, responsáveis por 90% do valor exportado de café (CBA, 2021, p. 55). Esses reconhecimentos pontuais, no entanto, não são acompanhados de propostas que fortaleçam uma identidade própria para a agricultura familiar, o que evidencia a disputa simbólica frente aos atores subalternos, sem efetiva valorização da diversidade no campo, mas sim como forma de cooptação desses a uma aceção positiva ao bloco hegemônico. Nesse sentido, recuperando a discussão de Romanini Netto (2024), o Agronegócio opera como um sistema de representação que se pretende como estilo ideal de agricultura e, mais, como estratégia de arrefecimento das lutas de classes no meio rural.

Esse fenômeno não ocorre somente por força material, como se exemplifica nos casos das cadeias integradas do fumo, de aves e suínos, do dendê ou do café (como destacado acima), os quais têm como protagonista essencial a família agricultora detentora de pequena propriedade, mas também pela disseminação de uma ideia de sucesso e modernidade, como destacam Xavier de Carvalho e Malagodi (2023), veiculada pelo slogan “agro é pop, agro é tech”.

O discurso dominante também incorpora a questão da segurança alimentar. Ao homenagear Alysson Paolinelli, o CBA (2021) enaltece o papel do Brasil como grande fornecedor de alimentos no mercado internacional. Termos como “alimentos” (17 vezes), “alimentar” (11) e “alimento” (10) reforçam esse eixo narrativo. Entretanto, o evento praticamente ignora a fome no território nacional.

Esses elementos contrastam com dados alarmantes da Rede Penssan (2022); durante o evento, registrou-se mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil no mesmo período. Tal silêncio revela a desconexão entre o discurso da segurança alimentar voltado à exportação e a realidade da insegurança alimentar interna.

O avanço sobre a temática da segurança alimentar está, assim como o da questão ambiental e da sustentabilidade, no cerne do argumento desta pesquisa. Para Laclau e Mouffe (2015), as instabilidades e rearticulações na formação do bloco hegemônico são fruto das inconstâncias causadas pelos movimentos contestatórios, que forçam uma vanguarda atenta a pautar arenas políticas. Assim, como destaca Pompeia e Schneider (2021), não somente o Agronegócio se afirma como projeto de solução da questão alimentar, como se alia a setores da indústria alimentar de ultraprocessados para utilizar sua força política e barrar a rotulagem de alimentos. Isso ressalta o Agronegócio como ideologia – um sistema de representação que procura permear e reorientar arenas políticas consideradas estratégicas.

Embora esta pesquisa tenha como material empírico principal o 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio, a análise das edições subsequentes – “Integrar para Fortalecer” (CBA, 2022) e “Brasil Agro: Inovação e Governança” (CBA, 2023) – permite expandir e atualizar criticamente o campo discursivo em torno do Agronegócio brasileiro. Esses eventos revelam a continuidade da apropriação estratégica da pauta ambiental por meio de termos como “governança”, “inovação” e “sustentabilidade”. A segurança alimentar, quando mencionada, continua a ser tratada sobretudo sob uma lógica mercantil e geopolítica – centrada na posição do Brasil como fornecedor global de *commodities* –, esvaziando o debate sobre o acesso à terra, aos alimentos e à alimentação saudável no contexto interno. As classes e frações de classe subalternas, embora eventualmente referidas, continuam dissolvidas em categorias genéricas como “produtores rurais” ou “parceiros produtivos”. Dessa forma, os eventos recentes reiteram uma concepção de sistema agroalimentar funcional à expansão dos interesses corporativos, ao mesmo tempo em que atualizam sua retórica para incorporar seletivamente pautas globais, sem romper com as estruturas em dominância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do processo de análise do discurso, é possível dar relevância ao caráter simbólico da disputa entre sistemas agroalimentares. Isso ocorre porque a formação discursiva analisada tem o papel de, a partir de sua retórica, construir articulações entre atores e constituir-se como um bloco histórico coeso e, assim, num movimento simultâneo, representar atores e ganhar poder na arena política.

Está evidente que, a partir do discurso analisado, há uma compreensão positiva da questão ambiental, ou seja, os atores responsáveis por construir a retórica não negam a questão ambiental, mas sim a incorporam em seus projetos ideais de sistemas agroalimentares.

Ao longo da análise, foi possível destacar que a ABAG e seus parceiros seguem tendências do debate geopolítico global sobre a questão ambiental, ecoando palavras consolidadas nos países

centrais do capitalismo, como ESG, as quais procuram equacionar o mesmo padrão de acumulação e circulação privada de capitais com técnicas, tecnologias e retóricas de vanguarda no campo da sustentabilidade.

Essa construção discursiva pode ser compreendida como uma ideologia, na medida em que se propõe a representar a diversidade de atores nos sistemas agroalimentares. A homogeneização simbólica promovida em sua retórica apresenta um modelo ideal de sistema agroalimentar, negando as particularidades socioculturais e econômicas que caracterizam os diferentes atores envolvidos.

Entretanto, Stuart Hall (2003a) ajuda a destacar que a formação discursiva do Agronegócio não coincide obrigatoriamente com os sistemas de signos e práticas da agricultura patronal, por exemplo. Isto é, afirmar que a ABAG e seus parceiros fazem uma acepção positiva da questão ambiental não obriga um empresário ter a mesma acepção. Com isso, volta-se ao cerne do argumento deste trabalho: o Agronegócio é uma articulação entre atores que projetam um bloco coeso e elaboram formações discursivas para adentrar arenas políticas que consideram estratégicas, servindo aos interesses das classes dominantes, sem que tais pautas adentrem o repertório de significados dos atores representados obrigatoriamente.

Por isso, o discurso se revela alinhado às estruturas de dominância, sobretudo, quando se nota a ausência das diferenças culturais em sua retórica. Nesse sentido, o Agronegócio, como ideologia, ainda que revestido de um discurso ambientalmente consciente, revela-se cúmplice dos aparatos de dominação – como o patriarcado, o racismo, a colonialidade, a luta de classes e a objetificação da natureza.

É verdade que, no discurso da ABAG e de seus parceiros, não há apologia à violação de direitos nem estímulo à violência. No entanto, frente à escalada de conflitos no campo, não há também qualquer menção de repúdio ou pedido de paz. Por outro lado, as declarações públicas contrárias ao desmatamento e em defesa da Amazônia, no contexto analisado, operam como uma tentativa de reparação da imagem dos atores dominantes diante da comunidade internacional. Esse fator reforça o papel da geopolítica dos países do capitalismo central nos interesses de conservação dos recursos naturais dos países periféricos.

Em particular, destaca-se que a acepção positiva da questão ambiental não é um consenso na formação política do Agronegócio (Pompeia, 2021). Nota-se, então, o alinhamento da ABAG e de seus parceiros com as diretrizes dominantes do debate ambiental em escala global, apropriando-se de vocabulários como ESG como parte de uma estratégia discursiva que busca compatibilizar sustentabilidade com os imperativos da acumulação de capital.

Por isso, volta-se a afirmar, o discurso analisado apresenta a estratégia de composição de uma *vanguarda* que disputa a direção do bloco hegemônico no tocante às pautas anteriormente

discutidas, como a segurança alimentar, a representatividade unificada dos sistemas agroalimentares e a questão ambiental.

O que se quer dizer com “vanguarda” é que a ideologia do Agronegócio opera uma disputa na construção de significados nos sistemas agroalimentares, afirmando que é possível manter altos índices produtivos, a acumulação e circulação privada de capitais e a exportação de *commodities* de modo sustentável. Isso ressignifica consideravelmente o processo de apropriação da natureza americana por atores dominantes.

E ressignifica conservando as estruturas de dominância, tipicamente como uma ideologia conservadora. Ou seja, sem problematizar as contradições implícitas e explícitas do racismo, do machismo, da subalternização de classe, dos conflitos territoriais e ambientais, da fome e da insegurança alimentar, nem mesmo das vidas ceifadas e de toda repercussão da violência em traumas e cicatrizes, conscientes e inconscientes.

Os temas em foco – a questão ambiental, a segurança alimentar e a representatividade – são, em grande medida, arenas políticas que movimentam o *locus* seguro de hegemonia das classes e frações de classes dominantes do mundo rural. Conforme debatido anteriormente, é o antagonismo denunciado pelas narrativas contra-hegemônicas que movimenta a coesão do bloco, levando-o a buscar novas articulações e construir novas narrativas, perpetuando, assim, sua condição de atores dominantes. Nesse contexto, fica evidente a importância dos movimentos sociais representantes das classes subalternas – camponeses, agricultores familiares, quilombolas e povos indígenas –, assim como os movimentos ecológicos e ambientalistas, sendo necessário evidenciar a agroecologia como um dos movimentos-chave representantes de grande parte das pautas e atores aqui retratados.

Demonstra-se, então, que, para além da questão técnica e econômica, os movimentos ligados à agroecologia e às classes subalternas devem continuar investindo energia na dimensão simbólica das lutas sociais, reconhecendo-se entre as bases que pretendem representar, para que se refine a crítica ao discurso hegemônico como uma arena política tão importante quanto a crítica à estrutura monopolizadora, monocultural e exportadora do sistema agroalimentar hegemônico que predomina no país e na América Latina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa na forma de bolsa.

REFERÊNCIAS

BRAND, U.; WISSEN, M. *O modo de vida imperial: sobre a exploração da natureza e das pessoas no capitalismo global*. São Paulo: Elefante, 2021.

- BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., *Anais...* Porto de Galinhas, 2010. 20 p. Disponível em: <https://catagronegocio.weebly.com/uploads/1/1/7/3/11739052/agronegocio.pdf> Acesso em: 04 jun. 2025
- BRUNO, R. Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. In: FLEXOR, G.; MALUF, R. (org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers. 2017a. p. 155-168.
- BRUNO, R. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação dos direitos. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 37, n. 2, 2017b. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.64>
- CABRAL, L; PANDEY, P; XU, X. Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India. *Agriculture and Human Values*, v. 39, n. 1, p. 249-267, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>
- CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO (CBA). Nosso carbono é verde. *Anais...* São Paulo, 2021. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ANAIS-CongAbagB3-2021-1ppV2608.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO (CBA) Integrar para fortalecer. *Anais* São Paulo, 2022. *Anais*. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ANAIS-CBA-2022-ABAG.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO (CBA). Brasil Agro – Inovação e Governança. São Paulo, 2023. *Anais*. Disponível em: <https://abag.com.br/categoria/anais-cba/>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- ESCHER, F. Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 144-170, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/2277976020928832>
- FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'água*, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FLORIANI, D. A classe como ator coletivo e o indivíduo em carne e osso: síntese de um estudo de caso. *CADERNOS DE PESQUISA*, Curitiba, v. 1, n.1, p. 1-22, 1992.
- HALL, S. O problema da ideologia, o marxismo sem garantias. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003a.
- HALL, S. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003b.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios. 2015.
- MENDONÇA, S. R. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *Revista História e Perspectivas*, 32/33, 2005 p. 91-132. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19022> Acesso em: 16/07/2025
- MENDONÇA, S. R. Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 32, n. 2, p. 72–86, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2012.v32.359>
- MOREIRA, M. Fusão entre BM&FBovespa e Cetip cria a B3, 5ª maior bolsa de valores do mundo. *Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>. Acesso em: 5 jun. 2025.

- NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. J. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. Especial, p. 507–520, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 63-84, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>
- POMPEIA, C. Concertação e Poder O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- POMPEIA, C; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v56i0.77248>
- REDE PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.
- ROMANINI NETTO, E. *Apropriação e reapropriação social da natureza: disputas entre diferentes sistemas agroalimentares*. 2024. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.
- SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa-Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. 73 p.
- SEVERO, M. A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 120, p. 123-166, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-123166/120>
- RIVADENEIRA, A. W. et al. Getting our head in the clouds: toward evaluation studies of tagclouds. In: *Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems*. 2007. p. 995-998. DOI: <https://doi.org/10.1145/1240624.1240775>
- VILELA, R.; RIBEIRO, A; BATISTA, N. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. *Millenium*, n. 11, p. 29-36, 2020. DOI: [10.29352/mill0211.03.00230](https://doi.org/10.29352/mill0211.03.00230)
- XAVIER DE CARVALHO, C.; MALAGODI, E. Agronegócio: economia, políticas e consequências. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, p. 148–170, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2023.v43.823>.